

# FORMAÇÃO CONTINUADA DE CUIDADORAS EM CASAS LARES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*CONTINUING TRAINING OF CAREGIVERS IN HOUSES: AN EXPERIENCE REPORT*

**Bruna Elizabeth da Silva Gomes**

Universidade do Planalto Catarinense, Lages, SC, Brasil. E-mail: brunagomes@uniplaclages.edu.br

**Luciana Genuíno Machado**

Universidade do Planalto Catarinense, Lages, SC, Brasil. E-mail: luciana\_genuino@uniplaclages.edu.br

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v25i2.1515>

Recebido em: 27.11.2023

Aceito em: 13.12.2023

---

**Resumo:** Este estudo objetiva demonstrar a importância da formação continuada das Cuidadoras de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em Casas Lares. Trata-se de um relato de experiência de uma intervenção de estágio em Psicologia Social Comunitária em três Casas Lares do Rio Grande do Sul. Procurou-se dar conta de temas de formação para as Cuidadoras, tais como: relacionamento interpessoal e comunicação; saúde da criança; ser Cuidadora e o trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; primeiros socorros; desenvolvimento infantil e o acolhimento; e crianças e adolescentes vítimas de violência. As atividades foram registradas em diários de campo, os quais foram utilizados como fonte de dados para o relato. Os resultados constituem-se na identificação da necessidade de implementação de um projeto contínuo de formação para Cuidadoras e equipe multiprofissional, de estudos interdisciplinares e grupais entre toda a equipe profissional que atua na Casa Lar, do cuidado da saúde mental das Cuidadoras e de constante mobilização das trabalhadoras para o bom desempenho nas atividades laborais para que esse espaço seja acolhedor e efetivo na proteção.

**Palavras-chave:** Psicologia Social Comunitária. Casa Lar. Educador/Cuidador Residente. Formação Continuada.

**Abstract:** This research aims to demonstrate the importance of continuing training from child and teenagers Caregivers in institutional foster care in a space named “House Home”, which has a continuous and direct relation, implying in welcome, care and education. Through an experience report of an intervention in a House Home from Rio Grande do Sul, based on Comunitary Social Psychology, the aim is to address formation issues for the Caregivers, such as: interpersonal and communication relationship; being Caregiver and the work with child and teenagers in vulnerable situation; child development and the welcoming; child health; first aid; and child and teenagers victims of violence. The practices were recorded in field diaries that were used as source of data for the research. The results are the identification of the continuing education need by the Caregivers and multi-professional team, of interdisciplinary and group studies among the whole professional team that works in House Home, caring the Caregivers mental health, and of constant mobilization from the collaborators to have a good performance in laboral activities that provide a humanized and dignified space to all those welcomed.

**Keywords:** Community Social Psychology. House Home. Resident Educator/Caregiver. Continuing Education.



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

## 1 Introdução

Cuidar do ser humano requer conhecimento. Quando o cuidado é das crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, isso se torna uma condição imprescindível. Em se tratando de política pública, há uma previsão legal que exige a formação por parte de quem nelas atua, como é o caso da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) e da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) (Brasil, 2013). Os documentos trazem a importância da educação continuada para que sejam ofertados serviços socioassistencial de qualidade e efetivos na garantia de direitos, além de manter a motivação dos trabalhadores e bom desempenho nas atividades laborais.

Este texto relata a experiência do projeto de intervenção psicossocial de Formação Continuada com Cuidadoras em Casas Lares no Estado do Rio Grande do Sul e, por sua vez, contribui para a compreensão da relevância deste tipo de educação permanente. Além de apoiar o fortalecimento da Psicologia Social Comunitária, enquanto Ciência, pois há poucos estudos de relato de intervenção neste contexto e com este público (Neiva, 2010).

Propõem-se as seguintes ações/objetivos: Apresentar um relato de experiência de estágio em Psicologia Social Comunitária, com intervenção em Formação Continuada de Cuidadoras em Casas Lares. Este objetivo geral se desdobra nas seguintes ações: identificar quais são as demandas das Cuidadoras em relação à intervenção psicossocial; analisar a importância do trabalho desenvolvido pelas Cuidadoras e o reconhecimento das mesmas pela sua função; compreender quais efeitos surge do comprometimento psíquico e emocional das Cuidadoras em relação aos acolhidos; detectar estratégias de respeito e colaboração no trabalho entre a equipe multiprofissional.

Por meio de relato de experiência, pretende-se demonstrar que as Cuidadoras de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional necessitam de educação permanente, uma vez que a relação com os acolhidos é diária, implicando na educação, afeto e cuidados durante o acolhimento destes. Outrossim, que esta formação é imprescindível, pois as trabalhadoras da Casa Lar são contratadas sem pré-requisitos de formação e, ao mesmo tempo, se tornam os adultos de referência e segurança para as crianças e adolescentes. Por fim, que a formação contribui na saúde mental das Cuidadoras, uma vez que o trabalho realizado gera um desgaste psicológico de um modo geral e emocional.

## 2 Fundamentação teórica

Este estudo é desenvolvido dentro da área da Psicologia Social Comunitária, que surgiu com a observação da necessidade de se ter um campo científico que estudasse as relações em sociedade e como isto influencia a formação e atitudes dos indivíduos. No contexto brasileiro já se notava que o papel da psicologia restrita a clínica e a atendimentos individuais não era suficiente para atender as demandas que a população apresentava. A mudança de compreensão da psicologia enquanto profissão se dá por meio da ampliação do seu papel e sentido na sociedade, incluindo um compromisso social com os sujeitos e o contexto em que estão inseridos (Azevedo, 2009).

A partir da Regulamentação da política de Assistência Social, que ocorreu através da Lei

Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 em 1993, o psicólogo social comunitário passa a ter campo de atuação nas políticas públicas. Esta lei buscou detalhar o que estava presente na Constituinte de 88, como vemos em seu Artigo 1º:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993).

O psicólogo social comunitário tem sua identidade profissional definida e pode exercer seu trabalho nas políticas públicas, dentre elas a do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A principal estratégia da intervenção psicossocial é a pesquisa-ação, sendo este um método científico, onde o interventor primeiramente conhece a realidade da pessoa, grupo, comunidade ou instituição em que irá intervir, pois conhecer as potencialidades e necessidades do contexto permite que sejam pensadas, junto aos interessados, soluções mais eficazes que promovam a prevenção de vulnerabilidades, resolução de problemas já existentes e melhor qualidade de vida (Neiva, 2010). Mas, para que isto aconteça é necessário proporcionar uma reflexão crítica sobre a realidade, pois o indivíduo ou grupo precisa desejar a mudança para que ela ocorra (Neiva, 2010).

A Política da Assistência Social nos moldes da LOAS só foi estruturada a partir de 2003 quando ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social onde foi deliberada a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no modelo que havia sido criado o Sistema Único de Saúde (SUS), mas para isso era necessário ter uma Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual foi aprovada em 2004 e definiu a Centralidade na Família como estratégia de atuação (Brasil, 2005). Em 2011 foi criada a Lei nº 12.435, de julho de 2011, que atualizou a Lei 8.742/93 (Brasil, 2011).

Conforme a PNAS (2004), são duas as formas de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, a qual se subdivide em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. O objetivo da Proteção Social Básica é promover, através dos seus equipamentos e serviços, o vínculo familiar e comunitário, para prevenir vulnerabilidades e superar dificuldades que estejam enfrentando (Brasil, 2009a).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade tem como objetivo atender, através de seus equipamentos e serviços, a usuários os quais tiveram seus direitos violados, em muitos casos devido à violência. Mas, que a equipe identifique a potencialidade de fortalecer os vínculos, que podem estar fragilizados, com a família e comunidade para a superação e prevenção de novas violações (Brasil, 2009a).

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferece o Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Que visam à proteção de pessoas às quais tiveram seus direitos violados e não contam com vínculos familiares e comunitários seguros para protegê-las (Brasil, 2009a).

As instituições de acolhimento abrangem um campo de ação de multiplicidade, de forma a contemplar as diferentes esferas da vida das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A comunicação com trabalhadores da educação, saúde e poder judiciário é

constante e necessária no equipamento. Um campo importante no trabalho desenvolvido nestas instituições são as relações estabelecidas entre os trabalhadores e os acolhidos, permitindo diferentes formas de encontros e de reconhecimento, possibilitando usufruir de diversas relações e contextos (Guedes; Scarcelli, 2014).

Na Casa Lar há presença do educador/cuidador residente, sendo este responsável pela rotina e organização da casa (Brasil, 2009c). Estes trabalhadores prestam cuidados a crianças e adolescentes que estão sob medida protetiva de acolhimento institucional, devido à violação de seus direitos por parte dos seus responsáveis, até o retorno à família de origem, quando estes conseguem superar a violação de direitos, ou encaminhamento para família extensa ou adoção (Brasil, 2009b). Com estes fins, as Casas Lares buscam criar uma rotina mais próxima possível de um ambiente familiar e as residências são inseridas nas cidades e seguem o padrão socioeconômico da região. Contam, ainda, com a supervisão da equipe técnica e se apoiam nos demais equipamentos e serviços da comunidade para atendimento integral dos usuários (Brasil, 2009c).

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) visa à proteção integral das pessoas menores de 18 anos que vivem no país, sendo até 12 anos incompletos crianças e até 18 anos incompletos considerados adolescentes. Com o ECA as crianças e adolescentes passaram a ter seus direitos garantidos por lei, tendo prioridade na proteção e atendimento integral, além de se reconhecer que estes estão em fase de desenvolvimento psicológico, físico e social (Brasil, 1990).

Conforme o ECA prevê em seu art. 98, o acolhimento à criança ou adolescente ocorre como medida de proteção sempre que tiverem os seus direitos ameaçados ou violados, seja por omissão do estado ou da sociedade, abuso dos pais ou responsáveis, ou ainda devido à sua conduta. A lei prevê a convivência em família como prioridade, só é colocado em instituição de acolhimento como última medida de proteção (Carvalho *et al*, 2015).

Na política pública de assistência social, a Psicologia busca, através de suas intervenções, desenvolver as potencialidades dos usuários e suas famílias, além de enfrentar e superar as vulnerabilidades. O trabalhador da psicologia tem o compromisso ético-político de promover o bem-estar biopsicossocial e a autonomia dos sujeitos, inclusive com a apropriação dos mesmos sobre seus direitos e sua participação nas políticas públicas. A atuação do Psicólogo deve visar à promoção da vida, rompendo com processos de exclusão, tutela e assistencialismo (CFP, 2021).

No caso da Casa Lar, a Psicologia desempenha diversas atividades, dentre elas, o atendimento individual, no qual o Psicólogo acolhe a criança ou adolescente buscando ressignificar sua história, que em muitos casos foi marcada pela violência, negligência e luto pela perda das pessoas aos quais convivia. Neste processo é importante, também, trabalhar as potencialidades dos indivíduos como a resiliência, a alegria, a esperança, entre outros. Busca-se com isso promover a autoestima, assim como criar novos caminhos e projetos de vida para os acolhidos (Farias, 2012).

Visando a prestação de serviços de qualidade na Casa Lar é indispensável que toda a equipe, Coordenação, Equipe Técnica, Cuidadores e demais trabalhadores, passem por capacitação inicial ao ser contratados para suas funções, assim como a formação continuada para manter a motivação dos trabalhadores e bom desempenho nas atividades (Brasil, 2009c). Neste sentido, em 2013 foi criada a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/

SUAS), a qual tem por objetivo a qualificação dos trabalhadores da Assistência Social, visando a oferta de serviços de proteção socioassistenciais com qualidade e efetivos na garantia de direitos (Freitas, 2017).

A Capacitação Prática visa oportunizar a experiência no dia a dia do serviço, onde o trabalhador recém-contratado deve acompanhar, como auxiliar, um trabalhador experiente em diversos momentos da rotina, durante 80 horas e de forma gradativa assumir suas funções (Brasil, 2009c). A PNEP/SUAS, a qual abrange a Capacitação Inicial e Formação Continuada, tem

[...] uma perspectiva político-pedagógica, possui a centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais, com princípios de interdisciplinaridade, aprendizagem significativa, historicidade e desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS (Brasil, 2013).

### 3 Percorso metodológico

Este estudo tem por base uma pesquisa básica, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios. A forma de coleta de dados foi realizada por meio de um Relato de Experiência do Projeto de Intervenção em Psicologia Social Comunitária, realizado em três Casas Lares do Estado do Rio Grande do Sul. A questão central da intervenção foi a Formação Continuada das Cuidadoras que trabalham nas Casas Lares.

Segundo Mussi; Flores; Almeida,

O relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 65).

A intervenção foi realizada conforme as etapas da intervenção psicossocial, pensadas por Neiva (2010), que são: diagnóstico, planejamento, desenvolvimento, avaliação e resultados. Iniciou-se conhecendo o local, assim como se familiarizando com os trabalhadores e as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento institucional. Além, de se fazer conhecida pelo público alvo, visando diminuir a ansiedade que este tipo de intervenção causa nas pessoas que irão participar.

Para a realização do diagnóstico, foi feita a observação-participante da rotina da instituição e através do relato da Equipe Técnica identificou-se a necessidade da Formação Continuada das Cuidadoras Infanto-Juvenil. Porém, para conhecer as demandas reais das trabalhadoras foi realizada uma entrevista semiestruturada com vinte Cuidadoras, de forma individual, em local privado na instituição, respeitando o sigilo e o Código de Ética Profissional da Psicologia (CFP, 2005). Este momento se iniciava com as estagiárias apresentando-se para as Cuidadoras e explicando por que estavam ali. Em seguida, era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e explicado que o nome e as questões que podem relacionar às entrevistadas e à entidade serão mantidos em sigilo, após a entrevista era iniciada.

Segundo Queiroz (1988 apud Duarte, 2002, p. 147) “a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos”. As respostas das entrevistas foram analisadas pelas Estagiárias de Psicologia, juntamente com a Professora Orientadora, onde foram escolhidas as principais demandas, as quais foram trabalhadas no período de agosto a outubro de

2023. Os principais temas solicitados foram: Trabalho em equipe e relacionamento interpessoal e o Cuidado com as crianças e os adolescentes (desenvolvimento infantil, acolhida da criança na instituição, rotina diária e importância do brincar). Posterior, teve menções aos temas de Primeiros socorros, Abuso sexual infantil, Saúde da criança e Autocuidado.

Os encontros para a realização dos grupos de formação foram divididos em dois momentos, os quais denominados de Encontros com a Equipe de Cada Casa e Encontros Ampliados, quando realizados com as Cuidadoras das três Casas Lares juntas e demais trabalhadores da instituição. Os encontros com as equipes de cada casa foram realizados a cada semana do mês com uma equipe, que são a Equipe da Casa A, Equipe da Casa B e Equipe da Casa C, nas segundas-feiras a partir das 13h30min, com duração aproximada de 1h30min. Os Encontros Ampliados foram palestras realizadas por profissionais convidados, que trouxeram temas os quais surgiram nas entrevistas. A explanação sobre Saúde da Criança foi realizada por um Pediatra; a dos Primeiros Socorros, por uma Bombeira; e da Criança e Adolescentes Vítimas de Violência, pela Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). As datas e horários destas palestras foram conforme disponibilidades dos palestrantes. A instituição que administra as Casas Lares é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que contrata seus trabalhadores via CLT e remunerou as Cuidadoras para participarem de todos os encontros do projeto.

A organização dos encontros foi realizada de forma conjunta, reunindo a Psicóloga Supervisora, Assistente Social, Estagiária de Serviço Social e duas Estagiárias de Psicologia. A Formação Continuada foi realizada no modelo de Grupos Operativos, pensado por Enrique Pichon Rivière, sendo este formado por um conjunto de pessoas, buscando promover o processo de aprendizagem. “Aprender em grupo significa uma leitura crítica da realidade, uma atitude investigadora, uma abertura para as dúvidas e para as novas inquietações” (Bastos, 2010, p. 161).

O desenvolvimento das atividades foi registrado em Diários de Campo, que são a base para a análise dos dados e elaboração dos resultados sobre a formação continuada nas Casas Lares. Todas as informações coletadas foram interpretadas à luz da legislação vigente sobre a Assistência Social, a Casa Lar, a Formação Continuada das Cuidadoras e dos referenciais da Psicologia Social Comunitária, dispostos na fundamentação teórica.

#### **4 Análise dos dados e resultados**

Os documentos da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) e das Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes preveem a necessidade dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) terem capacitação introdutória e educação continuada para desempenharem suas funções de acordo com os objetivos de tais políticas. Entende-se, também, que trabalhadores mais preparados para atender às demandas alcançam maior qualidade do serviço socioassistencial prestado, além de manter os trabalhadores mais motivados.

Participaram do estudo 20 Cuidadoras, 02 não participaram por estar de férias. A caracterização das trabalhadoras na função de Cuidadora mostra que em relação à idade, 15% têm entre 20 a 30 anos, 40 % entre 31 a 40 anos, 25% entre 41 a 50 anos e 20% acima de 50 anos. Em relação ao estado civil, 70% são casadas, 25% solteiras e 5% são separadas. As que têm filhos são 90% e não têm filhos, 10%. Em relação à escolaridade, 55% têm o ensino médio,

35% o ensino fundamental e 10 % têm o ensino superior. Tempo de trabalho na Casa Lar, 30% menos de 01 ano, 30% de 01 a 02 anos, 25% de 03 a 04 anos e 15% mais de 05 anos.

As categorias para a discussão estão relacionadas aos temas dos encontros, que são: relacionamento interpessoal e comunicação; saúde da criança; ser cuidadora e o trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; primeiros socorros; desenvolvimento infantil e o acolhimento; e, por fim, criança e adolescentes vítimas de violência.

#### *4.1 Relacionamento interpessoal e comunicação*

O 1º Encontro com a Equipe de Cada Casa, iniciavam com a devolutiva das entrevistas semiestruturadas. Seguindo com a explicação do que é a Formação Continuada e as políticas públicas que a prevê. A Estagiária de Serviço Social explicou sobre o tema Direito das Crianças e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Após, as Estagiárias de Psicologia realizaram uma dinâmica de grupo diferente com cada casa, sendo a dinâmica “O Boneco”, “Balões no Ar” e “Desenho às Cegas”, visando promover uma reflexão sobre o relacionamento interpessoal e comunicação entre a equipe de trabalho, elementos que fortalecem vínculos e colaboram no processo de cuidado à saúde mental (Del Prette; Del Prette; Castelo Branco, 1992).

Após as dinâmicas de grupo, foram promovidas rodas de conversa e perguntado às Cuidadoras, quais reflexões poderiam ser pensadas desta atividade, relacionando com o tema do encontro, Relacionamento Interpessoal e Comunicação. Elas relataram que o trabalho realizado em conjunto, tende a ser melhor executado quando há boa comunicação. Que devem realizar suas tarefas individuais da melhor forma possível, mas que também devem estar atentas ao grupo, para as ações serem sincronizadas. Deram o exemplo das trocas de plantão e como é importante a comunicação, para saber o que foi realizado no dia e o que deve ser feito pela próxima Cuidadora. Segundo Leiria *et al* (2020), a comunicação é um dos pilares da convivência, das relações de trabalho e de organização de qualquer forma de ser e agir dos humanos. Por isso, no trabalho das Cuidadoras, ela é um pilar para o bom funcionamento da dinâmica.

Uma das Cuidadoras relatou que realiza a tarefa com outra Cuidadora, a qual não tem contato devido aos plantões, às aproximou e a fez pensar que deveria procurá-la para conversar sobre o trabalho às vezes. Outra participante relatou que se sentia cuidada neste momento, que a Formação Continuada estava cuidando de quem cuida. Silva e Corgozinho (2011) argumentam que o cuidado deve ser a todos os sujeitos envolvidos nos processos de intervenção de psicologia social, ou seja, os próprios Cuidadores precisam de cuidado para poderem atender de forma qualificada aqueles que são atendidos pelos serviços socioassistenciais ou pela política pública da Assistência Social.

Ao final da reflexão, cada participante falou uma palavra, para a construção de um cartaz com palavras que promovessem um bom relacionamento interpessoal e comunicação assertiva. Cada participante falou uma palavra, dentre elas, foram: alegria, respeito, afeto, companheirismo, compreensão, sinceridade, amor, união, parceria, entrosamento, diálogo e diversão.

Depois de finalizadas as atividades propostas pelas Estagiárias de Psicologia, a Equipe Técnica promoveu a reunião, para a discussão sobre como estavam às crianças e adolescentes e o funcionamento das Casas Lares. Ao final, foi dada a tarefa da construção do Crachá Criativo, onde foi solicitado que não colocassem o nome, para que uma Cuidadora identificasse a outra em encontro posterior.

Teve um momento de avaliação do encontro com as Cuidadoras, onde foi solicitada que cada uma dissesse uma palavra que representasse o encontro. As palavras ditas foram: Produtivo, Divertido, Aprendizado, Conhecimento, Acolhedor, Dedicção, Comprometimento, Viver o momento, Entrega, Participação, Prazeroso, Entrosamento, Cuidado, União, Descontração, Interessante, Bom aprender coisas novas, Proveitoso e Esclarecedor.

A comunicação que colabora para o cuidado com as Cuidadoras e suas relações é fundamental para a constituição das relações saudáveis no ambiente. Segundo Leiria *et al* (2020), além de uma boa capacidade de diálogo que permite a construção de uma coletividade que se ajuda, é por meio da comunicação que se torna possível avaliar os percursos efetivados, a realização de *feedback* e, a partir disso, construir novos caminhos caso sejam necessários de atendimento.

#### 4.2 Saúde da criança

O 1º Encontro Ampliado, ou seja, com a equipe das três Casas Lares iniciou com *coffee break*. Após, o Médico Pediatra, que atende as crianças e adolescentes da instituição, explanou sobre o tema Saúde da Criança, com subtemas: Orientações de como dar mamadeira para um recém-nascido; Orientação para o choro do bebê; Instruções para quem urina na cama durante a noite; Constipação intestinal crônica; Diarreia aguda; Doutor, meu filho não dorme; Infecção das vias aéreas superiores; Controle de alérgenos; e Febre. Disponibilizando materiais impressos com o conteúdo da palestra para cada participante. Este material elaborado segue a política nacional de formação das Cuidadoras que atuam na Rede SUAS, com a finalidade de dar capacitação para o trabalho diário na Casa Lar (Freitas, 2017).

As Estagiárias de Psicologia participaram da organização prévia do evento e prepararam um presente de agradecimento ao palestrante e um vídeo com uma mensagem de finalização para as Cuidadoras, visando proporcionar reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na instituição pelas mesmas. Essa dimensão é fundamental na constituição do papel das Cuidadoras e ao mesmo da sua subjetividade no trabalho, uma vez que elas não ficam invisibilizadas nos resultados conquistados (Moreira, 2023).

Essa formação é fundamental para uma boa atuação no cuidado das crianças, pois de acordo com Peixoto (2017), na contratação de trabalhadores para a função de Cuidador de Casa Lar não há pré-requisitos, quanto à formação na área em que irão atuar. Situação que dificulta o enfrentamento dos desafios que surgem no cotidiano de trabalho das mesmas, portanto a relevância de capacitações para este público. Assim, sem esses momentos de estudos com especialistas, as Cuidadoras podem ter dificuldades para realizar um bom trabalho.

#### 4.3 Ser Cuidadora e o trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade

O 2º Encontro com a Equipe de Cada Casa, iniciaram com a retomada da atividade do Crachá Criativo, que foi deixado de tarefa para as participantes nos primeiros encontros. A atividade se desenvolveu com o recolhimento dos crachás e redistribuição dos mesmos, onde cada Cuidadora lia o crachá que havia pegado e tentava descobrir de quem era. Todas acertaram, exceto uma. Esta atividade visou integrar as equipes. A fala é uma questão necessária para os seres humanos que precisa ser devidamente escutada (Freitas, 2017). É nessa relação de saber de si e dos outros na convivência que fortalece a capacidade de interação, fundamental para o trabalho

das Cuidadoras, uma vez que se dá de forma grupal e comunitária (Freitas, 2017).

Após a reflexão da atividade supracitada, foi introduzido o tema infância e pedido que as Cuidadoras se lembrassem de como foi ser criança e quem eram seus Cuidadores. Quem quisesse poderia compartilhar com o grupo alguma lembrança, conforme apresentado aqui alguns relatos das Cuidadoras:

*“Eu não tinha brinquedos e, por isso, fico chateada quando vejo as crianças estragando os brinquedos que tem. Além de que eu utilizava saquinho plástico para levar o material para a escola” (Cuidadora 1, 2023).*

*“Minha mãe era professora e, por isso, conseguiu dar uma infância boa para mim e meus irmãos. Tinha brinquedos e materiais escolares simples, mas nunca faltou nada” (Cuidadora 2, 2023).*

*“Fui abandonada pelos meus pais e criada um pouco com cada tio, tia e avôs, eles me faziam realizar trabalhos domésticos, o clima era conflituoso, por isso cresci sentindo que era preciso fazer de tudo para evitar briga” (Cuidadora 3, 2023).*

*“Fui criada pela minha mãe e padrasto, ele sempre me considerou sua filha. Não tenho contato com meu pai biológico, por ele ser dependente químico” (Cuidadora 4, 2023).*

*“Fui criada no interior da Bahia, foi uma infância pobre e meus pais eram pouco amorosos, mas me divertia com meus irmãos” (Cuidadora 5, 2023).*

*“Cresci em um sítio, onde morava com meus pais e irmãos, foi uma infância feliz. Hoje consigo passar isso para minha filha e meu neto. Quando eu aprontava, me escondia até o meu pai voltar para casa, pois ele sempre me defendia da minha mãe” (Cuidadora 6, 2023).*

*“Minha irmã mais velha me tratava com violência física e verbal, gostaria que alguém tivesse me protegido” (Cuidadora 7, 2023).*

Na sequência, foi promovida uma roda de conversa sobre o tema Criança Interior. Araujo (2001) vincula esse conhecimento da história com a criança interior. Entendendo que em muitas ações no presente estão interligadas às memórias emocionais da infância. Por isso, as vivências na infância influenciam a percepção e reações do adulto, inclusive no cuidado que exerce com crianças e adolescentes. Portanto, é necessário ter consciência da sua história e buscar quebrar padrões negativos aprendidos, visando realizar o cuidado de uma melhor forma.

Para Moreira (2023), a história de cada um é o que expressa os sentidos de tudo aquilo que foi feito, de tudo aquilo que pode ser entendido como momentos importantes da vida, quanto de possíveis traumas. Uma boa convivência requer o conhecimento do outro em sua integralidade, o que requer um saber de sua história, pois o passado não se apaga apenas se elabora ou não.

Foi deixado um texto para leitura complementar sobre as principais atividades desenvolvidas pelo educador/cuidador na Casa Lar, segundo as Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (Brasil, 2009c). Por fim, foi solicitado que as Cuidadoras avaliassem o encontro através de um formulário anônimo, uma Cuidadora avaliou como Bom e as demais como Excelente.

#### 4.4 Formação sobre primeiros socorros

O 2º Encontro Ampliado foi uma palestra de uma Bombeira, que explanou sobre como prestar os primeiros socorros em situações de engasgo, afogamento, parada cardíaca, fratura, convulsão, batida de cabeça, infarto, queimaduras e choque elétrico. Explicou, também, que além de prestar os primeiros socorros, quando necessário devesse ligar para o socorro especializado, os quais o número 192 é do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o 193 é dos Bombeiros. As instruções sobre primeiros socorros são fundamentais para casos em que algum tipo de acidente aconteça (Bertoldo, 2019). Ao final, foi entregue para palestrante um cartão feito por crianças que residem na Casa Lar e um arranjo de flores. Para as demais participantes foi dado uma muda de flor e um cartão. O encontro finalizou com um *coffee break*.

#### 4.5 Desenvolvimento infantil e o acolhimento

O 3º Encontro com a Equipe de Cada Casa, iniciaram com a explanação da Estagiária de Serviço Social sobre o desenvolvimento infantil de zero a três anos de idade, além de mostrar brincadeiras próprias para esta faixa etária. Na sequência as Estagiárias de Psicologia, passaram um vídeo, o qual falava sobre a Disciplina Positiva (DP) e promoveram uma roda de conversa sobre o tema.

Nelsen (2015) criadora do método de educação da DP nos traz a importância de educar as crianças e adolescentes com base no diálogo, de forma respeitosa, empática e com cooperação. Recusa a utilização de autoritarismo ou punição. Visando a formação socioemocional do indivíduo, além da autoestima, autonomia e vínculo com seus cuidadores. A autora traz, ainda, a importância do encorajamento, no foco nas soluções, da responsabilidade e disciplina na relação com as crianças e adolescentes.

Dialogou-se com as Cuidadoras, também, sobre algumas técnicas da DP, como dar opções de escolhas as crianças, não impondo apenas uma, visto que isto auxilia na formação da autonomia; passar tempo de qualidade com as crianças, visando fortalecer o vínculo e diminuir a necessidade de atenção no restante do tempo; elogio com encorajamento do esforço quando estão tentando algo novo; elogiar comportamentos desejáveis e a necessidade de rotina e previsibilidade, para ter maior colaboração das crianças nas atividades diárias. Para Mondin,

[...] a educação autoritária não é a mais positiva nos dias atuais, quando a sociedade prima pela flexibilidade e espírito crítico de seus membros. Por outro lado, a adoção de práticas educativas permissivas representam um grande perigo ao desenvolvimento psicológico das crianças (Mondin, 2008, p. 242).

Nos encontros destacaram-se os seguintes relatos:

*“Uma das crianças acolhidas, atualmente com quatro anos, tem demandado mais atenção, após a chegada de um bebê na casa” (Cuidadora 8, 2023);*

*“Passar tempo de qualidade com a criança e envolver a mesma nos cuidados com o bebê pode tranquilizá-la, e assim ela necessitaria de menos atenção” (Estagiária 1, 2023).*

*“Nós, Cuidadoras, tentamos fazer o melhor, mas às vezes também erramos” (Cuidadora 9, 2023);*

*“A Formação Continuada, também é para isso, para que possam se aperfeiçoar e consigam reconhecer quando agem de maneira desproporcional, e que quando*

*necessário peçam desculpas” (Psicóloga, 2023).*

*“Meu marido e eu, orientamos nossos filhos para criarem uma rota, que pudessem voltar da escola juntos e, também, com seus amigos para que se ajudem no cuidado” (Cuidadora 10, 2023).*

*“O diálogo é a melhor forma para educar. Eduquei assim as minhas filhas e atualmente estão formadas em nível superior e têm uma vida boa” (Cuidadora 3, 2023).*

*“É preciso envolver as crianças nas atividades da casa e passar tempo de qualidade, faço isso com meus filhos e, também, com as crianças da Casa Lar” (Cuidadora 2, 2023).*

*“Há rotina do horário do banho e as crianças sabem que ao chegar da escola devem tomar banho e devido a isto não há dificuldades nesta atividade” (Cuidadora 6, 2023).*

*“É importante sair do automático para cuidar das crianças, visando melhorar o atendimento” (Assistente Social 1, 2023).*

Esse tempo vivido com qualidade pelas crianças e adolescentes com seus Cuidadores, proporciona qualidade dos vínculos estabelecidos e um diferencial na constituição dos afetos. Segundo Baluta (2019), além de ser um direito da criança o cuidado, a proteção e a orientação, tratam-se de elementos fundamentais da constituição da subjetividade das mesmas. Esse cuidado com a valorização é imprescindível no resgate da autoestima e, posteriormente, de perspectivas de autonomia e respeito.

#### *4.6 Crianças e adolescentes vítimas de violência*

O início do 3º Encontro Ampliado foi dedicado à devolutiva sobre a execução do projeto para a instituição, devido ser o encerramento. Neste momento foram passados slides contando o que foi feito em cada mês, tanto nos Encontros com Cada Casa, quanto nos Encontros Ampliados, havia fotos de cada encontro e conforme os slides foram passados as Estagiárias de Psicologia trouxeram pequenas reflexões sobre o que foi discutido em cada encontro. O aspecto mais importante ressaltado é a compreensão e a efetivação do trabalho interdisciplinar, pois todas as ações realizadas tem por base uma rede de especialidades que precisam atuar de forma conjunta, cada um com seus saberes, experiências, técnicas e orientações, para que o acolhimento possa ser efetivo e de fato um instrumento de cuidado às crianças e adolescentes (Freitas, 2017).

Foi entregue para as Cuidadoras um texto com a retrospectiva do projeto, assim como um formulário anônimo para avaliação do mesmo e solicitado que respondessem e entregassem ao final do encontro. As respostas foram: a) para a questão sobre os encontros, entre as opções “Excelente”, “Bom”, “Regular”, “Ruim”, “Péssimo”, 15 Cuidadoras responderam “Excelente” e 01 Cuidadora “Bom”; b) seguindo as mesmas opções, para a questão dois, sobre os temas de saúde da criança, primeiros socorros e crianças e adolescentes vítimas de violência, 15 responderam “Excelente” e 01 como “Bom”; c) em relação à questão sobre sugestões para o projeto, as Cuidadoras no geral responderam que aprenderam muito e, por isso, são gratas; d) para a questão sobre intervenções futuras, as sugestões foram de trabalhar temas como autismo e deficiência; e) por fim, a pergunta aberta para comentários livres teve como respostas, a importância dos encontros, que as formações proporcionaram entusiasmo para o trabalho e a

necessidade de ter formação continuada sempre.

Na sequência, a Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a qual realiza atendimento psicológico das crianças e adolescentes da instituição, explanou sobre o tema Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, focando na violência sexual, pois este assunto foi solicitado nas entrevistas pré-intervenção.

A Palestrante destacou que, de modo geral, os abusadores tendem a culpabilizar a vítima, pelo crime que eles cometeram, mas que a culpa é sempre do adulto, nunca da criança. Instruiu que a identificação pode iniciar pelo sinal mais comum, que é a mudança de comportamento da criança, com ênfase para o medo, sobretudo dos homens. E que há uma demora por parte das crianças na divulgação da violência sofrida em função desse medo criado por ameaças do abusador.

Ao chegar ao serviço de acolhimento institucional, a tristeza da criança ou adolescente é muito grande, não apenas pela violência que sofreram, mas também, por não terem tido o carinho e proteção de seus Cuidadores e em especial de suas mães. Sentem melancolia e raiva, por isso, podem desafiar seus Cuidadores, com comportamentos inadequados, visando saber se podem confiar neles e se não serão novamente abandonados, pois criam crenças de que o ocorrido foi por serem “crianças más”. Estes sentimentos podem ser amenizados com o “mapeamento dos vínculos significativos na família extensa e análise da rede social de apoio da criança ou adolescente” (Brasil, 2009c, p. 31). Pois, a identidade é uma construção social ligada ao contexto.

O papel das Cuidadoras é ajudar a criança a voltar a ser criança, a brincar. Não falar sobre os fatos ruins que aconteceram anteriormente e quando a criança falar, acolher, escutar, validar e mudar o foco para coisas boas, quando necessário comunicar a equipe técnica sobre a conversa e jamais contar para outras Cuidadoras ou pessoas. Se a criança tentar reproduzir a violência que sofreu, conversar e explicar de forma clara e firme que isto não é correto e não é aceitável. Assim, o acolhimento e os encaminhamentos realizados estão fundamentados em estudos que permitem depreender sobre o lugar mais adequado para o desenvolvimento da criança e do adolescente naquele período (Brasil, 2009c).

A palestrante entregou materiais produzidos pelo CREAS, que trazem formas de prevenir violências contra crianças e adolescentes. Para exemplificar essa prevenção, utilizou a técnica do Semáforo do Corpo, para explicar para as crianças o que são as partes íntimas. Além disso, ela orientou as Cuidadoras a não dormir, tomar banho ou trocar de roupas junto com as crianças. Todas essas orientações técnicas têm por finalidade a prevenção à violência, que segundo Freitas (2017), é a principal forma de atuação em formações. Segundo o autor, o investimento na prevenção constitui-se em uma ação fundamental para que se possa diminuir todas as formas de violência e suas consequências.

## **5 Considerações finais**

Os documentos da Política Nacional da Assistência Social (PNAS, 2004), da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS, 2013) e das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), preveem em seus textos a necessidade dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) terem educação continuada para desempenharem suas funções de acordo com os objetivos de tais políticas.

Entende-se, também, que trabalhadores mais preparados para as demandas alcançam maior qualidade do serviço socioassistencial prestado, além de manter os trabalhadores mais motivados. Nesta perspectiva é que este estudo se inseriu e desenvolveu ações voltadas para a formação das Cuidadoras das Casas Lares, alcançando os objetivos propostos por tais políticas em relação a educação permanente e analisando suas implicações, importância e desafios.

A Formação Continuada das Cuidadoras das Casas Lares proporcionou as trabalhadoras uma diversidade de conhecimentos relacionados a habilidades necessárias ao desempenho de suas funções. Os encontros organizados nas perspectivas da interdisciplinaridade e da intersectorialidade foram fundamentais para a realização do projeto de Formação Continuada, pois contou com o apoio e participação de vários profissionais, várias áreas do saber e com a apresentação de conhecimentos necessários para atuação no acolhimento, cuidado e educação das crianças e adolescentes atendidos. Por fim, concluíram que o projeto ajudou a mostrar a importância da formação e o quanto ela precisa ser valorizada para que se possa efetivar um bom trabalho no acolhimento, no cuidado e no encaminhamento desses sujeitos atendidos pela Casa Lar.

A Formação Continuada das Cuidadoras não se encerrou com a finalização do projeto, pois terá continuidade com a Equipe Técnica e novos estagiários. No formulário de avaliação da execução do projeto as Cuidadoras trouxeram os temas educação de crianças e adolescentes; como cuidar de pessoas com deficiência e de pessoas com autismo, como interesse para novos encontros, ficando estes como sugestão, além de que devem ser realizadas novas entrevistas individuais para conhecer as demandas de capacitação que podem surgir no serviço.

Todo trabalho de acolhimento, cuidado e educação de crianças e adolescentes não pode ser realizado sem conhecimentos específicos. As políticas públicas da Assistência Social organizaram e estruturam um conjunto de ações e espaços que demandam uma formação planejada, organizada e monitorada de forma permanente. Ela precisa estar em sintonia com os desafios da sociedade e com a pluralidade e diversidade de sujeitos, contextos e realidades. Dessa forma, ela se constitui na base de um bom atendimento e uma boa carreira aos trabalhadores que atuam na assistência social.

## Referências

AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. A Psicologia Social, Comunitária e Social Comunitária: Definições dos Objetos de Estudo. **Psicologia em Foco**, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 64-72, dez. 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Adriano-Azevedo/publication/301339349\\_A\\_Psicologia\\_social\\_comunitaria\\_e\\_social\\_comunitaria\\_definicoes\\_dos\\_objetos\\_de\\_estudo/links/57127e8508ae39beb87a457d/A-Psicologia-social-comunitaria-e-social-comunitaria-definicoes-dos-objetos-de-estudo.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Adriano-Azevedo/publication/301339349_A_Psicologia_social_comunitaria_e_social_comunitaria_definicoes_dos_objetos_de_estudo/links/57127e8508ae39beb87a457d/A-Psicologia-social-comunitaria-e-social-comunitaria-definicoes-dos-objetos-de-estudo.pdf). Acesso em: 22 mar. 2023.

BALUTA, Maria Cristina. **O habitus dos castigos físicos e a Disciplina Positiva na perspectiva de capacitadores nível educador: construção social do direito da criança a uma educação não punitiva-período de 2003-2018**. 2019. 315. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2904/1/Maria%20Cristina%20Baluta.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

BASTOS, Alice Beatriz B. Iziq. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e

Henri Wallon. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrn=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrn=iso). Acesso em: 21 abr. 2023.

BERTOLDO, Caren da Silva et al. Noções básicas de primeiros socorros: relato de experiência de um projeto de extensão rural. **Revista Brasileira em promoção da Saúde**, v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/download/8255/pdf/33314>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: 1990. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf). Acesso em: 21 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº 8.742** de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.010**. Dispõe sobre a adoção. Brasília: DF, 3 de agosto de 2009b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em: 28 mai. 2023.

BRASIL, **Lei nº 12.435**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: DF, 6 de julho de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm). Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: 2009c. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf). Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS**. Brasília: MDS, 2013. 57 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf). Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

CARVALHO, Cintia Favero et al. Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. **Aletheia**, n. 47-48, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_)

arttext&pid=S1413-03942015000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jun. 2023.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília, DF: CFP, 2021. 46 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt\\_crepop\\_cras\\_2021.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf). Acesso em: 15 mai. 2023.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução nº 10/05, 2005. Disponível: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

DEL PRETTE, A., DEL PRETTE, Z. A. P. & CASTELO BRANCO, U. V. (1992). Competência social na formação do psicólogo. **Paidéia**, 2, 40-50. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/46420>. Acesso em: 10 out. 2023.

DUARTE, R.. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139–154, mar. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2023.

FARIAS, Letícia Coimbra. **O Fazer Psicológico na Casa Lar**. 2012. 28 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Psicologia: Saúde Comunitária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40228/000826919.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FREITAS, Renata Maria da Conceição de. **A Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do SUAS**. 2017. 88 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília - Unb, Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf). Acesso em: 04 jun. 2023.

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 58-67, 2014. Disponível em: [www.scielo.br/j/psoc/a/6m7cMvtD5RMHZ8tLGQ6tBqs/](http://www.scielo.br/j/psoc/a/6m7cMvtD5RMHZ8tLGQ6tBqs/). Acesso em: 04 jun. 2023.

LEIRIA *et al.* Aplicabilidade da comunicação na psicologia. **Revista INFAD de psicologia**, v. 1, n. 1, p. 435-442, 2020. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/1805>. Acesso em: 01 set. 2023.

MONDIN, Elza Maria Canheti. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicologia argumento**, v. 26, n. 54, p. 233-244, 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2008/vol26/no54/6.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

MOREIRA, Evellin Mariano. **Desenvolvimento socioemocional e disciplina positiva: uma parceria necessária**. p. 28, 2023. Disponível em: [https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/4520/1/TCC\\_da\\_Evellin\\_Mariano\\_Moreira.pdf](https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/4520/1/TCC_da_Evellin_Mariano_Moreira.pdf). Acesso em: 25 out. 2023.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org>.

br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

NEIVA, Katia Maria Costa. **Intervenção Psicossocial: o que é intervenção psicossocial?**. São Paulo: Vetor, 2010. 54 p.

NELSEN, Jane. **Disciplina positiva: o guia clássico para pais e professores que desejam ajudar as crianças a desenvolver autodisciplina, responsabilidade, cooperação e habilidades para resolver problemas**. Santana de Parnaíba: Manole, 2015. 340 p.

PEIXOTO, Jéssica de Moura. **Casa-Lar: Desafios e Possibilidades no Trabalho do Educador/Cuidador Residente com Crianças e Adolescentes**. 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151356/peixoto\\_jm\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151356/peixoto_jm_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 26 jul. 2023.

SILVA, Anaína Vilares; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicologia e Sociedade**, 23, SP, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfMzSBCwb3sMh5cShTYqLzD/#>. Acesso em: 15 out. de 2023.